



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**KALUANA CINELLI  
PRISCILA TAMIRIS BRUGNERA**

**O POTENCIAL PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO  
SOBRE A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELA EEB SAAD ANTÔNIO SARQUIS,  
CHAPECÓ-SC**

**CHAPECÓ  
2017**

**KALUANA CINELLI  
PRISCILA TAMIRIS BRUGNERA**

**O POTENCIAL PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO A  
PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA PELA EEB SAAD ANTÔNIO SARQUIS,  
CHAPECÓ-SC**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
requisito para obtenção do título de licenciatura em  
Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.  
Orientador, Prof. Dr. Willian Simões.

**CHAPECÓ-SC**

**2017**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Ministério da Educação  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
Curso de Pedagogia - Licenciatura

### ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às quinze horas, na sala 205 do Bloco B, no Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul, reuniu-se a banca avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelas docentes: Dr<sup>a</sup> Adriana Maria Andreis e João Pedro Dalosco, sob a presidência do Orientador Prof. Dr Willian Simões para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia - Licenciatura - das acadêmicas: **Priscila Tamiris Brugnera e Kaluana Cinelli**, sob o título: "O potencial pedagógico da Educação Ambiental: um estudo sobre a experiência vivida pela EEB Saad A Sarquis". O trabalho foi considerado:  aprovado  
( ) não aprovado.

Comentários da banca (observações e/ou recomendações):

- Destaque o diálogo com a escola; a pertinência temática.
- Considere as sugestões da banca na revisão de texto
- Publicação Chapecó (SC), 17 de julho de 2017.

  
Prof. Dr Willian Simões - Presidente da Banca

  
Prof. Dr Adriana Maria Andreis - Membro da Banca

  
Prof. João Pedro Dalosco - Membro da Banca

## **RESUMO**

O presente trabalho reflete sobre o potencial pedagógico da educação ambiental no processo de escolarização. Tem como objetivo apresentar um estudo sobre a educação ambiental e sustentabilidade no ambiente escolar a partir de vivências da Escola de Educação Básica Saad Antônio Sarquis no e a partir do programa Parlamento Jovem realizado no estado de Santa Catarina durante o ano de 2012. Utilizou-se metodologias do tipo bibliográfica, documental e roda de conversa. A partir de um diálogo teórico-interdisciplinar, procura-se defender o trabalho com a educação ambiental no ambiente escolar e seus conhecimentos implicados como fundamentais na formação de uma sociedade sustentável. No entanto, são tecidas algumas críticas sobre as possibilidades que se abrem de tratamento pedagógico da questão ambiental na escola por meio da pedagogia dos projetos, que facilmente pode se alinhar a uma perspectiva empresarial-neoliberal de educação.

Palavras-chaves: Educação ambiental. Relação sociedade-natureza. Formação humana.

## **ABSTRACT**

The present work reflects about the pedagogical potential of environmental education at the schooling process. Its main objective is to present a study about environmental education and sustainability at the school atmosphere from an experience lived at the Elementary School Saad Antônio Sarquis with the program “Parlamento Jovem”, accomplished in Santa Catarina state during the year of 2012. We used as methodology the bibliography and documental research and also roundtables. Starting with a theoretic interdisciplinary dialogue, we aimed to reinforce and defend the work with environmental education inside the school environment and their implied knowledge at the formation of a sustainable society. However, we also criticized these open possibilities in pedagogical handling about the environmental issue at school by means of project-based learning which, may be easily explored to a neoliberal business perspective of education.

Keywords: Environmental education. Society-nature relationship. Human formation.

## **RESUMEN**

El presente trabajo analiza el potencial pedagógico de la educación ambiental en el proceso de escolarización. Tiene como objetivo presentar un estudio acerca de la educación ambiental y sustentabilidad en el ambiente escolar a partir de las vivencias de la Escuela de Educación Básica Saad Antônio Sarquis, en el/y por medio del programa Parlamento Joven realizado en el estado de Santa Catarina en el año de 2012. Se utilizó metodologías del tipo bibliográfica, documental y rueda de conversación. Con base en un dialogo interdisciplinar, se procura defender el trabajo con la educación ambiental en el entorno escolar y sus conocimientos implicados, como fundamentales en la formación de una sociedad sostenible. Sin embargo, son realizadas algunas críticas sobre las posibilidades que se presentan de tratamiento pedagógico, de la cuestión ambiental, en la escuela por medio de la pedagogía de proyectos, que fácilmente puede adaptarse a una perspectiva empresarial-neoliberal de la educación.

Palabras clave: Educación ambiental. Relación sociedad-naturaleza. Formación humana.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Primeiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.....	21
Figura 2: Primeiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente, exposição dos trabalhos dos alunos.....	21
Figura 3: Segundo seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.....	21
Figura 4: Terceiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.....	22
Figura 5: Terceiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.....	22

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 CRISE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL....</b>	<b>10</b>
2.1 Capitalismo e Crise Ambiental.....	11
2.2 Sobre as conferências internacionais de meio ambiente.....	13
2.3 Em tempos de crise, a escola incorpora a problemática por meio da Educação Ambiental.....	14
<b>3. A EXPERIÊNCIA DA EEB SAAD ANTÔNIO SARQUIS EM QUESTÃO: CURRÍCULO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>18</b>
3.1 Currículo: a escolarização em disputa.....	18
3.2 A experiência de Educação Ambiental da EEB Saad Antônio Sarquis em questão.....	20
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A temática ambiental se tornou alvo de diversas pesquisas e estudos na atualidade. Autores como Capra (2010) e Leff (2011) nos permitem compreender a importância de se trabalhar amplamente a questão ambiental no âmbito escolar de modo colado com a realidade. Acreditamos que, enquanto professores/as da Educação Básica, temos o papel fundamental na formação escolar dos alunos, mas acima de tudo de contribuir na formação humana, e para isso sentimos a necessidade de tratar de um assunto tão conhecido, mas que nem sempre ocupa um lugar de destaque no processo de escolarização: a Educação Ambiental.

Essa proposta de pesquisa deriva da participação das acadêmicas, autoras deste trabalho, nas aulas e atividades realizadas no componente curricular “Meio ambiente, economia e sociedade”, no sétimo semestre do curso de pedagogia. Assim, também, a partir da matéria “Semana Catarinense do meio ambiente” que foi ao ar no dia 10 de junho de 2016, assistida pelas acadêmicas na emissora RicRecord Chapecó, filial da rede Record, sendo que a reportagem tratava da participação da Escola de Educação Básica Saad Antônio Sarquis no programa Parlamento Jovem, que por coincidência trazia como tema “O Meio ambiente e sustentabilidade”. Podemos afirmar que foi neste momento que nos despertamos com o intuito de refletir melhor sobre o papel da escola no trabalho com a educação ambiental.

A partir disso, as acadêmicas se debruçaram primeiramente em estudar mais a fundo o tema da Educação Ambiental. Para isso foram realizados estudos teóricos e legais, sentiu-se a necessidade, também, de dialogar com a escola para coletar materiais visando dar continuidade ao trabalho. Em um primeiro contato com a escola foram realizadas coletas de materiais como o projeto de lei encaminhado a câmara para a aprovação da lei que institui a Semana Catarinense Do Meio Ambiente, a Lei N° 15.921, de 06 de dezembro de 2012, e outros materiais como folders e documentos utilizados durante a participação da escola no programa Parlamento Jovem.

Aprofundamos os estudos relacionados com a participação da escola no referido programa por meio dos materiais coletados e surgiu a necessidade de saber o que mudou na escola após a participação no mesmo. Decidimos, então, agendar uma roda de conversa com participantes do projeto e coordenação escolar. Na ocasião foram explanadas dúvidas, coletados materiais visuais para posterior análise e concretude do trabalho.

Esse trabalho está organizado em duas seções, a primeira intitulada “**Crise da relação sociedade-natureza e a emergência da educação ambiental como estratégia de**

**mobilização social**” está dividida em 3 subseções. Inicialmente, procuramos tecer uma breve apresentação do objeto de estudo desse trabalho, destacando a existência de uma crise global atual como consequência de uma compreensão fragmentária e dominadora de mundo, ancorada em uma racionalidade instrumental em que a natureza é colocada a serviço da lógica do capital, que reduz os elementos naturais a recurso a ser explorado e mercantilizado. Procura-se reforçar a compreensão de que transformações técnicas e científicas de nossa sociedade, sobretudo de ordem econômica, contribuíram para intensificar impactos ambientais. Nesse contexto, faz-se menção aos movimentos das principais conferências mundiais sobre meio ambiente, a criação de legislações específicas sobre a temática e a importância dessas para o campo da educação ambiental. Também destacamos mudanças decorrentes dessas leis e o caminho percorrido pela E.E.B. Saad Antônio Sarquis até a aprovação da lei que instituiu no currículo oficial das escolas públicas de Santa Catarina, a semana do Meio Ambiente.

Já na segunda seção intitulada “**A experiência da E.E.B Saad Antônio Sarquis em questão: currículo e educação ambiental**”, abrimos com uma discussão acerca do papel da escola no trabalho com a Educação Ambiental, procurando sustentar a compreensão de que com a aprovação da lei que instituiu a semana de meio ambiente em Santa Catarina, a temática passa a ocupar um lugar oficial nos currículos escolares. Posteriormente, o foco se dá na experiência da E.E.B Saad Antônio Sarquis a partir da sua participação no Parlamento Jovem e das ações posteriores decorrentes dessa participação, procurando refletir em como a escola trabalha a educação ambiental na atualidade. Nesse momento, procuramos tecer apontamentos diante do trabalho da escola segundo nossa compreensão de educação ambiental, no sentido de também contribuir no debate, enquanto futuras pedagogas, sinalizando possibilidades de qualificar o trabalho pedagógico com a temática.

## **2 CRISE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA E A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

A Escola de Educação Básica Saad Antônio Sarquis, situada na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, trabalhou com mais intensidade a temática meio ambiente e sociedade por meio da elaboração, construção e defesa de um projeto de lei, que propôs que outras escolas estejam empenhadas com um ensino que leve em consideração as possibilidades de se construir um ambiente mais ecologicamente equilibrado. A referida escola, participou no ano de 2012 da 13<sup>o</sup> edição do programa Parlamento Jovem<sup>1</sup> e propôs trabalhar com o tema “Meio Ambiente e Sustentabilidade”, problematizando, discutindo e propondo ações afirmativas a partir do processo histórico e dos impactos resultantes das interações sociedade-natureza de seu país e mundo.

Mostraremos neste capítulo que esta proposta de trabalho na escola está colada com uma crise global da relação sociedade-natureza, que levanta um conjunto de preocupações em torno dos riscos de manutenção e reprodução da vida na Terra. E nesse sentido, defenderemos ao longo de todo o texto a compreensão de que a Escola foi sendo considerada um espaço estratégico de trabalho com a educação ambiental e precisa ser vista na sua relação com este cenário.

Pode-se afirmar que ao longo de seu processo histórico e social, a humanidade vem modificando aceleradamente seu espaço de vida, de tal modo que a natureza não consegue se recuperar na mesma proporção. A literatura consultada para a escrita deste texto nos permitiu perceber que toda degradação ambiental visível nos dias de hoje é resultado de um processo de construção de uma sociedade marcada, sobretudo, pelo avanço dos processos de industrialização, urbanização, busca por capital e a desigual distribuição da economia (monopólio do poder econômico). Trataremos dessas questões que envolvem a construção de uma sociedade hegemonicamente capitalista e que ao mesmo tempo não leva em conta os resultados que suas ações geram na relação com sua natureza externa.

---

1 – Parlamento Jovem é um programa brasileiro de iniciativa da câmara dos deputados que busca proporcionar aos alunos do ensino médio o conhecimento de todo o processo de legitimação de uma lei, oportunizando aos alunos a vivência na criação, elaboração e defesa de leis.

## 2.1 Capitalismo e Crise Ambiental

A transformação gradativa do modelo de produção feudal para o capitalista, sobretudo a partir da revolução industrial do século XVIII, na Inglaterra, impulsionou o sistema fabril e o trabalho assalariado, contribuindo para a geração de uma sociedade amplamente desigual e ancorada na cultura do consumo. Ao longo dos séculos XIX e XX ocorreram períodos de revoluções e conflitos, também impulsionados pelo modelo econômico que veio se fortalecendo e se reestruturando, o capitalismo – a exemplo da Revolução Francesa, a ascensão do iluminismo e da burguesia comercial, as grandes crises econômicas, as guerras conhecidas como mundiais, a Guerra Fria e seus mais diferentes desdobramentos, com destaque para a América Latina, África e Ásia (HOBSBAWN, 1995).

Transformações, conflitos e mudanças nas relações sociais, a preocupação com o desenvolvimento econômico e industrial, aliados a busca desenfreada pelo “poder”, geraram danos ambientais gigantescos, o que Leff (2011) chama de “crise ambiental”. Segundo o autor essa crise também se configura como uma crise de consciência ambiental, que passa a ser problematizada e discutida mais intensamente a partir da segunda metade do século XX, por meio da realização de conferências. Inicia-se com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson e se amplia nos anos 70 após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo.

Com base no autor, podemos afirmar que foi nessa última conferência supramencionada que se discutiu a primeira ação mundial sobre o tema meio ambiente e preservação, anterior a ela não existiam discussões tão ampliadas sobre o fato de que o meio ambiente é “terminável”. Por esse motivo, pode-se dizer que o objetivo geral dessa conferência era de alertar a sociedade sobre a importância da preservação do meio ambiente para a garantia da vida das futuras gerações, momento em que se passou a fomentar práticas de sustentabilidade.

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 48, *grifos nossos*):

[...] a dinâmica da sociedade capitalista quando considerada na sua inscrição territorial, enfim, na sua materialidade mostra não só a sua insustentabilidade ambiental como, também, política. Não só as leis da termodinâmica e a produtividade biológica primária do planeta foram, até aqui, completamente ignoradas por esse irrealista otimismo tecnocêntrico moderno-colonial, como, ainda pressupõe que a fonte da maior parte dessas matérias-primas e energia, o trabalho das populações dos países o Terceiro Mundo (*hoje, países do Sul*), deve continuar fluindo no mesmo sentido e direção.

Evidencia-se então, que o modelo hegemônico de sistema econômico adotado pela sociedade é insustentável, mas não se admite a incompatibilidade entre a continuação do progresso econômico e sustentação ecológica. Assim, corroboramos com Leff (2011, p. 17) que “a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”.

Capra (2010) também chama a atenção para uma condição de crise que tem seu epicentro nas últimas décadas do século XX, que engloba dimensões do social, político, cultural, industrial e tecnológico. Ele diz que estamos vivendo uma época de transição, marcada por profundas transformações nos padrões societários. Segundo o autor essa crise foi impulsionada pelo que ele chama de “desequilíbrio cultural”, justamente por conta dos padrões estabelecidos social e culturalmente pela humanidade. Segundo o referido autor “em nossa civilização, modificamos a tal ponto nosso meio ambiente durante essa evolução cultural que perdemos o contato com nossa base biológica e ecológica mais do que qualquer outra cultura e qualquer outra civilização passada (CAPRA, 2010. p. 39)”. Ele destaca que:

[...] o excessivo crescimento tecnológico criou um meio ambiente no qual a vida se tornou física e mentalmente doentia. Ar poluído, ruídos irritantes, congestionamento de tráfego, poluentes químicos, riscos de radiação e muitas outras fontes de estresse físico e psicológicos passaram a fazer parte da vida cotidiana da maioria das pessoas. Esses múltiplos riscos para a saúde não são apenas subprodutos casuais do progresso tecnológico; são características integrante de um sistema econômico obcecado com o crescimento e a expansão, e que continua a intensificar sua alta tecnologia numa tentativa de aumentar a produtividade (CAPRA, 2010, p. 226).

Podemos compreender, desta forma, que a noção de natureza como algo separado da sociedade, como se ela nos devesse o favor de oferecer matéria-prima e de se reconstruir imediatamente após o seu uso para o crescimento do capital, está, por exemplo, ligado ao fato de que parte significativa da humanidade vem sendo induzida a se preocupar mais em progredir científica e tecnologicamente a serviço da lógica capitalista que impera em nossos tempos, sem se preocupar de forma responsável com os impactos e resultados de um modelo de desenvolvimento degradante das relações sociais e da sociedade-natureza. No entanto, veremos adiante, que representações da sociedade civil organizada em diálogo com representações da política estatal em escala global, passaram a dar visibilidade a um conjunto de preocupações acerca dos impactos ambientais provocados por este modelo de sociedade.

## 2.2 Sobre as conferências internacionais de meio ambiente

A compreensão de que sem ecossistema não há urbanização e desenvolvimento econômico, por exemplo, ampliam os discursos e práticas que buscam amenizar os impactos. Surgem, assim, discursos de desenvolvimento sustentável ou que buscam utilizar o conceito de sustentabilidade, sobretudo a partir de 1992 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (LEFF, 2011). A referida conferência, também conhecida como Rio-92 (ou Cúpula da terra), teve como seu marco a preocupação dos países em promover uma sociedade sustentável. Foi nesse momento que se deu maior visibilidade ao fato de que as práticas de desenvolvimento deveriam ser repensadas.

Na Rio-92 participaram 179 países que assinaram a Agenda 21<sup>2</sup>, um documento criado e usado para planejar a organização para uma sociedade sustentável. Na Rio-92 houve também a proposta de criação da Carta da Terra, onde uma discussão sobre a mesma teve início no ano de 1987, porém não levada adiante. A referida agenda voltou a ser discutida, mas foi concluída apenas no ano de 2000. É preciso salientar que a Carta da Terra<sup>3</sup> traz princípios e modelos a serem seguidos para se ter uma sociedade mais justa e sustentável, preocupadas com as gerações futuras.

Após 10 anos, ocorreu em Jhoanesburgo a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+10. Nela foram discutidas problemas que vão além da preservação ambiental, como aspectos sociais, entre eles o mais preocupante: a pobreza. A última foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, e teve como propósito identificar os progressos ocorridos e a reiteração dos atos do desenvolvimento sustentável, assim como potencializou discussões a respeito de temas como pobreza e inclusão social.

Através da menção dessas conferências, sendo que optamos por abordar as principais, podemos perceber que a sociedade, os chefes de Estados, passaram a demonstrar certa preocupação com a problemática que envolve a relação sociedade-natureza e o combate às

---

2 – Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Tem o nome de Agenda 21 pelo desejo de mudança para o desenvolvimento no século XXI.

3 – Alguns Princípios da Carta da Terra: - Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; - Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; - Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida; - Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental.

desigualdades sociais. Visando discutir esses problemas e formas de amenizá-los, o Estado brasileiro veio se preocupando e incorporando a temática do meio ambiente por meio da criação de leis federais, estaduais e municipais. Também para que o tema meio ambiente seja discutido no espaço escolar, como uma demanda de formação humana, são criadas leis específicas sobre a temática.

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, apresenta um capítulo específico sobre o meio ambiente, trazendo em seu artigo 225 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, cap. VI, 1988)”. Nesse sentido, pode-se dizer que a legislação reforça a necessidade da sociedade brasileira engajar-se na preservação dos espaços naturais, assim como regulamentar melhor a relação sociedade-natureza com vistas a um uso mais sustentável, procurando evitar ou amenizar, sobretudo, a extinção de espécies existentes em território nacional e os impactos provocados pela extração mineral.

A lei prevê que a educação ambiental deve estar presente na educação de todos em quaisquer níveis do ensino. Nesse sentido, na próxima seção, aprofundaremos um pouco mais os marcos legais que contribuíram, a partir da Constituição Federal Brasileira a inserção da Educação Ambiental nos espaços escolares. Visamos com isso, fortalecer nossa compreensão de que o movimento realizado pela E.E.B Saad Antônio Sarquis, não pode ser compreendido fora deste contexto.

### 2.3 Em tempos de crise, a escola incorpora a problemática por meio da Educação Ambiental

A LDB, Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional em seu artigo 26, parágrafo 1º, diz que as escolas devem incluir em seus currículos “o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, traz em seus artigos que a educação ambiental é fundamental na educação pública e privada devendo ser aplicada em todas as modalidades de ensino. Segundo essas legislações, é dever das

instituições promover a educação ambiental, assim também estimular a participação dos indivíduos nesse processo de preservação da vida.

Retomando o contexto em que se insere a E.E.B Saad Antônio Sarquis, podemos citar a publicação da Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998. A referida proposta diz que a escola é uma parte integrada da sociedade, sendo de certo modo responsável por sua transformação. Em vista disso, o documento envolve o tema meio ambiente como algo que vai além de sua problemática, entendendo que a educação ambiental contribui para formação de sujeitos conscientes e críticos, preparados para atuarem de uma forma comprometida com o meio ambiente e a vida. A referida proposta afirma que para haver formação de atitudes éticas e comprometidas com o meio ambiente e a sociedade, a educação ambiental deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, não sendo apenas citada em matérias específicas como ciências e biologia, mas sim compor as aulas regulares, extraclases, e acima de tudo, não estar presente nas escolas apenas como projetos distintos ou então em datas comemorativas.

Já a atualização desta Proposta Curricular em 2014, cita que a educação para o ambiente tornou-se inevitável, a partir dos desgastes vistos e sentidos no planeta, como a poluição do ar, da água, dos solos, entre outros. Segundo esse documento, a educação ambiental torna-se indispensável na formação do ser humano, com a intenção de modificar condutas para que haja uma sociedade sustentável.

Sendo assim, na Proposta Curricular de 1998 já se falava em uma escola com participação responsável pela transformação do indivíduo e de sua vida em sociedade. Na proposta de 2014 é evidenciada a importância da escola em provocar novas considerações sobre o assunto, para que haja outras/novas atitudes. Desta forma, podemos compreender que nesta proposta curricular, o comprometimento e a responsabilidade é individual, e, por fim, o documento expõem que para se atingir o que se sugere como sociedade sustentável, a educação precisa de indivíduos com entusiasmo, para transformar esse cenário que estamos vivendo no presente. Além disso, sugere a construção de um currículo diversificado que englobem várias outras problemáticas vividas em nossa sociedade.

A escola Saad Antônio Sarquis, considerando esse processo histórico e legal, desenvolve trabalhos que tem como objetivo tratar de problemáticas ambientais – como veremos com mais detalhes na próxima seção. Fundada em 1986, o referido estabelecimento de ensino tem como objetivo geral a formação de sujeitos críticos, ativos e participativos na construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária (PPP, 2015).



Durante a 12ª edição do programa Projeto Parlamento Jovem (já mencionado anteriormente), a referida escola foi sorteada para participar deste evento, representando a cidade de Chapecó na 13ª edição do programa, no ano de 2012. A instituição de ensino, segundo registros e diálogos realizados com representações da escola, a partir desse sorteio, organizou uma reunião com todo o corpo docente, conselhos, grêmio estudantil e outros membros da sociedade. Na ocasião foi apresentado o projeto aos alunos e realizada as escolhas dos mesmos e também dos professores que participariam do projeto, os quais foram escolhidos como professores coordenadores: o assessor Paulo Sérgio Paz de Oliveira e o professor de história João Pedro Dalbosco; assim como oito alunos do terceiro ano. O tema escolhido envolveu meio ambiente e sustentabilidade, o qual tinha como objetivo a criação de uma semana catarinense de discussão sobre o assunto. Os participantes tiveram apoio de vereadores da câmara municipal que se dispuseram a ajudar e colocaram a casa a disposição para a realização de uma pré apresentação.

A participação da escola no projeto ocorreu nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2012 e se deu por meio da elaboração de um projeto de lei encaminhado para Assembleia dos Deputados de Santa Catarina. Com a aprovação deste projeto, cria-se a Lei Nº 15.921, de 06 de dezembro de 2012 a qual institui a Semana Catarinense Do Meio Ambiente, que ocorre anualmente na semana do dia 5 de junho, dia mundial do meio ambiente. Nessa semana é discutida nas escolas a importância e formas de preservação do meio ambiente. Como disposto:

Art. 2º As comemorações da Semana Catarinense do Meio Ambiente deverão compreender atividades educativas voltadas à preservação e proteção do meio ambiente, tais como:

I – o uso racional da água potável e o reaproveitamento das águas da chuva por meio de cisternas;

II – a separação do lixo e a sua reciclagem em áreas urbanas e rurais;

III – a importância do consumo de produtos orgânicos;

IV – a conscientização do uso de sacolas plásticas; e

V – a importância do uso de outras fontes de energias limpas.

A proposta de lei levada à assembleia pela escola, nos permite compreender que a instituição teve como uma de suas preocupações a urgência de se trabalhar a questão ambiental na formação humana. Para a continuidade deste texto, algumas questões ainda se fizeram presentes, tais como: após a criação da lei da semana do meio ambiente, o que mudou

na escola? Quais práticas de sustentabilidade a escola adotou? A escola trabalha sobre meio ambiente e sustentabilidade durante todo o ano letivo e envolve as áreas do conhecimento ou apenas promove o trabalho considerando áreas específicas? A escola percebeu mudanças nas práticas de seus alunos? Trabalha em seu currículo o tema? A respeito destas indagações, continuaremos refletindo na seção seguinte.

### **3. A EXPERIÊNCIA DA E.E.B SAAD ANTÔNIO SARQUIS EM QUESTÃO: CURRÍCULO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Neste capítulo tecemos considerações a respeito da função social da escola. Apoiadas em autores como Sacristán (2013) e Young (2007), procuramos sustentar a compreensão que a instituição escolar tem a função de preparação dos sujeitos para a vida em sociedade (seus limites e desafios), incluindo sua inserção no mundo do trabalho. Trazemos também uma reflexão acerca do currículo escolar, mostrando que esse possui a função de organizar e selecionar os conhecimentos escolares.

Apresentamos as mudanças ocorridas na escola Saad Antônio Sarquis após a participação no programa Parlamento Jovem, procurando destacar como essa participação pode contribuir para toda a rede estadual de Santa Catarina. Salientamos, também, como a escola organiza o espaço-tempo conquistado após a aprovação da Lei 15.921 de 06 de dezembro de 2012 e as práticas adotadas pela escola para tratar a educação ambiental, com destaque para a pedagogia dos projetos.

Realizamos uma discussão acerca das potencialidades e fragilidades do trabalho com a pedagogia dos projetos, nosso posicionamento a respeito desse trabalho e a urgência de se trabalhar a educação ambiental de modo mais integral, através da sensibilização acerca da realidade ambiental objetivando contribuir na mudança de consciência, de atitudes e valores construídos pelo modo de sociedade atual.

#### **3.1 Currículo: a escolarização em disputa**

Desde sua origem, a escola busca formar indivíduos que desempenhem papéis importantes para o desenvolvimento das sociedades. Corroboramos com a compreensão de que a escola possui função social e desde o seu surgimento se tornou um lugar, tempo-espaço disputado. Nesse sentido, podemos compreender que o desenvolvimento técnico e tecnológico da sociedade capitalista não seria possível sem a existência de percursos formativos formais que lhe dessem sustentação. Assim, também, percursos formativos que viessem preparando os sujeitos para inserir-se nesta lógica, que envolve em muitos casos, por exemplo, a preparação para o mercado de trabalho em detrimento de sua preparação para compreender e agir no mundo do trabalho. Para isso é criado um instrumento que regulariza e

organiza o espaço escolar, o currículo. Pode-se afirmar que:

“Desde suas origens o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõem, transmite e impõem regras, normas e uma ordem que são determinantes. Esse instrumento e sua potencialidade se mostram por meio de seus usos e hábitos, do funcionamento da instituição escolar, na divisão do tempo, na especialização dos professores e, fundamentalmente, na ordem da aprendizagem (SACRISTÁN, 2013. p. 20)”

Pode-se dizer, desta forma, que o surgimento do currículo ocorre para dar ordem e proporcionar o acesso, ainda que desigual em uma sociedade de classe e marcada por múltiplas diversidades (gênero, territorial, étnico-racial, entre outros), a conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade de modo mais sistemático, selecionado e organizado. Young (2007) traz uma discussão acerca do conhecimento escolar e não escolar e suas distinções, procurando destacar o que compreende como sendo a real função da escola enquanto instituição de conhecimentos. Para o autor, a função da escola é “capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade, e para adultos, em seus locais de trabalho (p. 1294)”. Dessa forma, com base nessa compreensão do autor, podemos afirmar que a função da escola está em contribuir na formação de sujeitos por meio de conhecimentos que não se adquire de forma mais sistemática no cotidiano fora da escola, com destaque para o acesso aos conhecimentos científicos.

O autor traz uma ideia potente para nossas reflexões: a noção de “conhecimento poderoso”. Segundo Young (2007, p. 1294) “esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo”. Reconhecendo, desta forma, que a escola tem um potencial pedagógico capaz de ampliar a capacidade humana de compreensão e de ação sobre/na realidade, não podemos deixar de mencionar o papel estratégico do currículo, como já destacamos. E como reforça Arroyo (2011), “(...) o currículo é o núcleo duro, sagrado, intocável, do sistema escolar. Gradeado como todo território sagrado, porque estruturante do trabalho docente (p. 15)”.

A partir dessas compreensões, podemos afirmar que a iniciativa da E.E.B Saad

Antônio Sarquis amplia, com a aprovação de seu projeto de lei na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, a oficialidade da presença da educação ambiental no processo de escolarização, conquistando espaço em um campo da educação escolar conservador e disputado, o currículo. Com a aprovação de uma Lei que torna obrigatório as escolas da rede Estadual, municipal e particular de educação de Santa Catarina a trabalhar o tema meio ambiente durante uma semana, resulta em mudanças no currículo escolar de toda rede estadual de ensino.

As políticas públicas, muitas vezes, acabam nos impondo objetivos contrários à formação de sujeitos críticos, que conhecem sua história e são agentes sociais ou de mobilização. Salienta Arroyo (2011, p. 30) que “nossa identidade profissional sempre foi manipulada por totalitarismos conservadores, sejam políticos e de políticas, sejam de mercado”, tanto que hoje muitos professores vivem uma crise de identidade profissional.

Assim, iniciativas como a da referida escola nos mostram que é possível desenvolver um trabalho diferenciado e conquistar um espaço nesse território tão disputado que é o currículo. Nos mostra, também, a possibilidade de tornar a escola um espaço estratégico com vistas a promover uma sensibilização ambiental. Desta forma, enxergamos como potencialidade a realização da Semana Catarinense Do Meio Ambiente e o aproveitamento desse espaço-tempo de cinco dias letivos de trabalho com o tema meio ambiente e sustentabilidade de forma integral e crítica, ou seja, reforçando a função social da escola no processo de escolarização e humanização do cidadão.

### 3.2 A experiência de Educação Ambiental da EEB Saad Antônio Sarquis em questão

Nas visitas realizadas à EEB Saad Antônio Sarquis, evidenciamos em suas práticas o exercício da sustentabilidade, sendo que a partir da participação no programa Parlamento Jovem adota em seu cotidiano, práticas que amenizam prejuízos ambientais, seja por meio da utilização de cisterna com capacidade de armazenamento de 20.000 litros de água, ou através da realização de emplacamento em carros, chás ambiental, além de promover espaço/tempo para discussão sobre o assunto.

Desde a aprovação da Lei, a escola promove seminários no mês de junho em que são apresentados trabalhos elaborados pelos alunos da instituição e palestras com pessoas da área ambiental. O objetivo desses seminários é o de informar outras escolas a importância da

educação ambiental e promover ações que visem amenizar os impactos à natureza. Para a realização desses seminários, a escola sempre busca apoio de pessoal qualificado, a exemplos da secretária da educação, da polícia ambiental e universidades.

No ano de 2013, a escola organizou o seu primeiro seminário (figuras 01 e 02), o mesmo buscava comemorar o primeiro ano de aprovação da lei a partir da exposição de trabalhos realizados pelos alunos e palestras informativas sobre o tema. Neste primeiro seminário, a escola se apoiou no cientista Capra com a frase: “Nas próximas décadas a sobrevivência da humanidade vai depender da nossa habilidade de extrair conhecimentos da natureza, entender os princípios básicos da ecologia e de viver de acordo com eles (Banner Seminário de comemoração do primeiro ano da aprovação da lei nº15.921, de 06 de dezembro de 2012)”.



Figura 1: Primeiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.

Fonte: Acervo da escola.

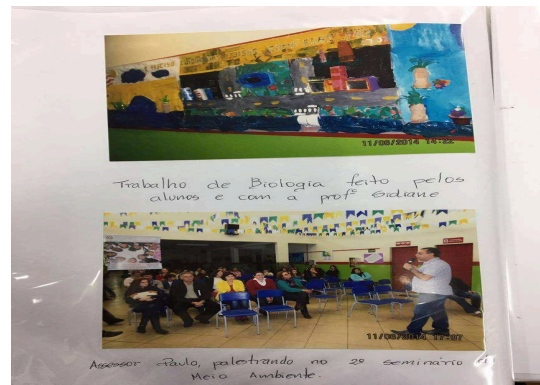


Figura 2: Primeiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente, exposição dos trabalhos dos alunos.

Fonte: Acervo da escola.

O segundo seminário (figura 03), ocorrido no ano seguinte, trouxe a frase “Tudo está interconectado, interdependente”, e contou com a participação de palestrantes, policiais ambientais e a secretária de educação Luciane Carminatti.

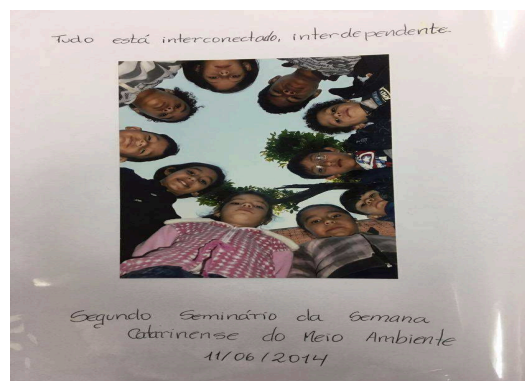


Figura 3: Segundo seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.

Fonte: Acervo da escola.

No ano de 2015, a terceira edição do seminário (figuras 04 e 05) se apoiou em Lutzenberger, com a frase “Ou mudamos nossa filosofia de vida, ou extinguiremos toda a vida do planeta”.



Figura 4: Terceiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.

Fonte: Acervo da escola.

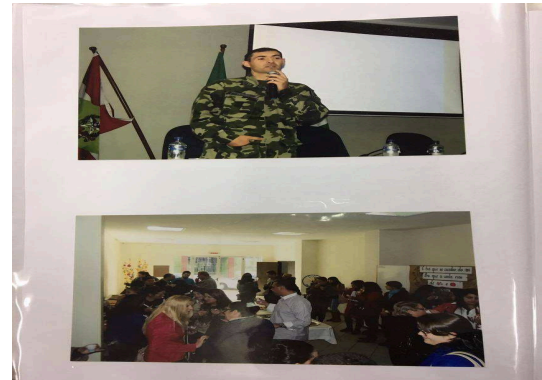


Figura 5: Terceiro seminário em comemoração a semana catarinense do meio ambiente.

Fonte: Acervo da escola.

Podemos afirmar que as ações desenvolvidas pela instituição e os próprios lemas tomados como referência/inspiração para as atividades, nos permitem evidenciar conexões com o debate transescalar que mencionamos no início deste texto, problematizando a perspectiva societária hegemônica em que fazemos parte. Em conversa com a administração escolar, procuramos enxergar como essas ações e outras atividades pedagógicas voltadas ao ensino da educação ambiental são realizadas na escola. Segundo essas informações coletadas, quando se inicia o ano letivo são organizadas reuniões onde os professores discutem e definem os caminhos, temas que deverão ser trabalhados durante o ano letivo. Os projetos e trabalhos desenvolvidos no mês da semana Catarinense do meio ambiente são construídos de maneira interdisciplinar, na primeira semana do ano letivo.

A partir dos documentos consultados e da conversa realizada com professores e gestores, podemos afirmar que a EEB Saad Antônio Sarquis, atualmente, se aproxima do que podemos denominar de pedagogia dos projetos. Trabalhar em forma de projeto pode ser visto como uma das maneiras de inserir a Educação Ambiental na escola, pois também compreendemos que desenvolver projetos propicia a criação de ambiente favorável ao desenvolvimento do saber, já que a escola é um local de recriação e produção de conhecimentos. Mas queremos salienta a importância de que isso também ocorra com a participação efetiva dos alunos, para que os mesmos também se sintam parte do processo,

valorizados e interessados pelas atividades, percebendo que a escola não é apenas um local de se absorver conhecimentos trabalhados pelos professores, mas sim um espaço livre para trocas, para confrontar visões de mundo e construção do novo.

A experiência da Escola Plural<sup>5</sup> aponta a realização de projetos como uma proposta transformadora, segundo a própria experiência, globalizante. Segundo o Projeto Escola Plural (1994):

“(...) parte do princípio de que a aprendizagem não é fruto apenas de uma acumulação de novos conhecimentos aos esquemas de compreensão dos alunos e sim de uma reestruturação desses esquemas, a partir do estabelecimento de relações entre os conhecimentos que já possuem e os novos, com os quais se defronta. Assim, o que se pretende é que os alunos consigam aprender a aprender e a viver, ou seja, consigam ir aprendendo a organizar seus próprios conhecimentos, e estabelecer relações, utilizando-se dos novos conhecimentos para enfrentar novos problemas e atuar no mundo. Dessa maneira, sua aprendizagem vai adquirindo um valor relacional e ativo. Esse processo exige que se ofereça aos alunos experiências de aprendizagens ricas em situações de participação. Não se forma um sujeito participante e autônomo falando sobre autonomia e democracia e sim exercitandoss. (SMED/Escola Plural, 1994).”

No entanto, alerta Duarte (2010, p. 34), que a Pedagogia de Projetos, associada à pedagogia do aprender a aprender, na crítica do que denominam de “educação tradicional”, se alinham muito fácil com perspectivas empresariais neoliberais de educação em que, por exemplo, há “ausência de perspectiva de superação da sociedade capitalista”, mesmo quando apontam como sendo críticas a esta perspectiva societária – como é o caso da Educação Ambiental. Cria-se, segundo este autor, a partir de um objetivo idealista, a ilusão de que é possível resolver “problemas sociais sem a superação radical da atual forma de organização da sociedade”. É como se a escola pudesse assumir sozinha a responsabilidade de mudar o modo de viver e enxergar a realidade da sociedade, para que ela seja ambientalmente mais sustentável ou menos violenta, por exemplo. Pode-se dizer que essa visão é também induzida pelas políticas curriculares, ainda que possamos compreender, como já afirmamos, que a escola tenha um papel estratégico para a construção de valores e atitudes mais sustentáveis.

De acordo com Duarte (2010, p. 35), essa perspectiva pedagógica toma como “princípio segundo o qual os problemas sociais são resultados de mentalidades errôneas, acarretando a crença de que a difusão pela educação de novas ideias entre os indivíduos, especialmente os das novas gerações, levaria a superação daqueles problemas”. No entanto, a

---

5 – Escola Plural: uma proposta criada no final de 1994 pela Secretária Municipal de educação de Belo Horizonte, apoiada por professores da Rede Municipal de Ensino, foi implantada em 1995, aborda questões essenciais da prática educacional, trazendo inovações, como o papel de escola e alunos como sujeitos de direitos.



ganância e o aprofundamento da lógica capitalista tornou ainda mais presente para a sociedade, que perpassada pela cultura do consumo, não tem demonstrado em sua maioria, interesse em mudar, de fato, suas relações de produção.

A saída dos EUA do Acordo de Paris, neste ano de 2017, pode ser visto como uma atitude emblemática que marca os interesses de uma das maiores potências econômicas globais da atualidade em não querer contribuir para amenizar os efeitos do aquecimento global. E neste caso, poucos são os países que, mesmo dentro do acordo, não conseguem atingir suas metas por questões de financiamento ou por continuar mantendo seus modelos de desenvolvimento econômico e tecnológico: como é o caso do avanço do agronegócio no Brasil que continua explorando e destruindo áreas da Floresta Amazônica ou do Cerrado<sup>6</sup> e/ou corpos estratégicos de água como a Aquífero Guarani.

Além desta questão idealista, a pedagogia dos projetos também pode fortalecer uma visão utilitarista do conhecimento. Nessa perspectiva “o conhecimento tem valor quando pode ser empregado para a resolução de problemas da prática cotidiana” (DUARTE, 2010, p. 37). Acreditamos que se corre o risco de simplificações no diálogo com o conhecimento científico, focando mais no fazer do que no saber. A educação ambiental, desta forma, estaria focada mais nos debates sobre atitudes sustentáveis, do que no conjunto de conhecimentos científicos que nos ampliam a capacidade de compreender o tecido social que nos torna uma sociedade insustentável. Compreensão que pode ser vista a partir do texto da própria proposta curricular de Santa Catarina. Outro risco é o de desvalorização dos conhecimentos científicos dispostos nos conteúdos escolares, que são deslocados para um lugar periférico nos processos de ensinar e aprender.

Como vimos, a questão ambiental tratada na EEB Antônio Saad Sarquis problematiza a questão ambiental cujos desdobramentos colocam em risco a vida na terra, buscando sensibilizar para construção de uma sociedade sustentável. Sugere-se, por exemplo, práticas alternativas de separação do lixo ou de melhor aproveitamento da água da chuva, no entanto, apontamos como de fundamental importância a necessidade de se potencializar a crítica à sociedade capitalista e fortalecer a relação do projeto da semana de meio ambiente com os conhecimentos científicos ao longo do ano no trabalho com os conteúdos escolares.

Nesse sentido reforçamos que o trabalhar com projetos é uma forma de romper com o tradicional e a EEB Saad Antônio Sarquis mostrou se preocupar com isso, trabalhando a

---

6 – Sobre impactos no Cerrado, ver caso emblemático sobre o Matopiba em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>.

educação ambiental por meio de projetos. Mas o trabalhar com projetos exige alguns cuidados e critérios que se não forem enxergados de maneira crítica, acabam banalizando a produção do conhecimento crítico, humano, e democrático.

Com foco na prática e na mudança de atitudes, os projetos, muitas vezes, são arquitetados para ter começo, meio e fim. Portanto ao nos depararmos a necessidade de desenvolvermos projetos, precisamos enxergar suas fragilidades, trabalhá-lo de forma integral, envolver a escola, o corpo docente e discente para discutir as potencialidades do tema em todas as áreas do saber científico. Sabemos que há riscos quando os projetos desenvolvidos em escolas não tem essa preocupação, e também não se preocupa com a ampliação dos projetos durante outras etapas do ano, sendo que o mesmo acaba sendo imposto em determinado período e depois é esquecido, ou então, reduzido para o trabalho com outro determinado tema.

A partir da leitura de Leff (2011), percebemos que a educação ambiental requer mudanças nos valores e atitudes da nossa sociedade perante a natureza. A sensibilização tão discutida no ambiente escolar é um caminho para uma ressignificação da educação ambiental, tendo um potencial pedagógico o trabalho com as questões que envolvem a sociedade, em particular, a constituição de uma sociedade de consumo e suas consequências. A Conferência de Tbilisi, que ocorreu na antiga União Soviética em 1977 e é apontada como um dos principais eventos sobre a Educação Ambiental do Planeta, já apontava objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental no mundo. A partir disso, o saber ambiental aparece como uma maneira de reconhecimento das identidades culturais, dos processos produtivos e das práticas tradicionais, buscando a construção da racionalidade ambiental e uma sociedade consciente do uso excessivo dos recursos naturais.

O termo sustentabilidade que surge como uma forma de “amenizar” os danos ecológicos e para esconder que esses danos decorreram de uma negação a natureza e busca pelo capital como força maior, negou a degradação da natureza nesse processo de modernização, e a sustentabilidade surge então “do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção (LEFF, 2011, p.15)”. Nos mostra a necessidade da construção da racionalidade social, orientada por novos valores e saberes, para que os modos de produção possam ser sustentáveis e os processos estratégicos.

O tema meio ambiente se incorporou na educação limitando-se apenas a valores de conservação da natureza, em seus aspectos mais comuns como, contaminação do ar, solo e

água, desta maneira a educação ambiental no ambiente formal não traz a seus alunos uma visão ampla do ambiente, estando longe de trazer uma nova percepção de mundo. Leff (2011, p. 255) defende:

“A educação ambiental inscreve-se nesta transição histórica que vai do questionamento dos modelos sociais dominantes (o neoliberalismo econômico, o socialismo real) até a emergência de uma nova sociedade, orientada pelos valores da democracia e pelos princípios do ambientalismo. Daí a necessidade de rever criticamente o funcionamento dos sistemas educacionais, como também os métodos e práticas da pedagogia (p. 255).”

Com base no autor, corroboramos com a compreensão de que o saber ambiental deve ser visto como um processo educativo que promove a construção de opiniões dos alunos, a partir do que eles já sabem, mas também através da promoção de reflexão do que não está perceptível. Sendo assim, o aluno reformulará sua opinião através de práticas e conhecimentos para formar então um pensamento crítico. É defendido por nós que o espaço/tempo estratégico para que isso ocorra seja, sobretudo, na escola.

A aprendizagem nessa perspectiva torna-se um meio em que se produzem novos sentidos e caminhos, auxilia a construção de novos saberes sociais, voltando-se a construção de um futuro mais igualitário e sustentável. Há a necessidade de mudanças de comportamento e valores, uma educação ambiental emancipadora e humana presente em todos os níveis educacionais, que trate dos problemas ambientais no meio escolar com mais racionalidade. Mas essa educação ambiental precisa estar colada com o conjunto de conhecimentos científicos que é capaz de ampliar a capacidade de compreensão dos processos negativos que estão colocando em risco a vida na Terra, sinalizando a produção de tecnologias sustentáveis e modos de organização social que superem a lógica do consumo. Trata-se do desafio da construção de uma escola que seja capaz de repensar o trabalho com seus conteúdos/conhecimentos, proporcionando outras/novas práticas e disseminando o saber ambiental crítico e emancipador. Por isso acreditamos que a Educação Ambiental não pode ficar restrita à pedagogia dos projetos, muito menos inserida, apenas, na semana catarinense do meio ambiente. Mas colada, sempre que possível, ao trabalho com os conhecimentos científicos presentes nos conteúdos escolares ao longo de todo o ano.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu do interesse das acadêmicas, autoras do texto, em estudar mais a fundo a necessidade e metodologias de se trabalhar a educação ambiental em sala de aula. Os estudos em torno do tema e a aproximação com a realidade escolar ampliou nossos conhecimentos sobre o campo da educação ambiental. Compreendemos melhor, hoje, a necessidade de se trabalhar questões referentes ao cotidiano, colado com o processo de construção da sociedade, bem como levando em consideração as relações sociais e políticas, em ligação com questões atuais, mundiais, que necessitam ser tratadas com certo cuidado, como a sensibilização ambiental e formas de combater novas degradações a natureza.

A conquista da EEB Saad Antônio Sarquis aumenta as possibilidades de se trabalhar a educação ambiental no espaço escolar, já que torna obrigatório a rede estadual de ensino de Santa Catarina o estudo do ambiente, em, pelo menos, cinco dias letivos no ano. Salientamos que essa é uma conquista quase que excepcional, pois o currículo escolar é, como já mencionado, rodeado de grades e sua modificação depende de variados fatores políticos, legais e sociais. Mas acreditamos e defendemos que a educação ambiental tem seu potencial pedagógico e pode ser visto como parte da formação humana. Salientamos a importância desta temática estar aliada a outros conteúdos e áreas do conhecimento científico. Compreendemos que a ampliação deste debate na escola, pode propiciar ao professor um espaço-tempo maior para um aprofundamento teórico acerca do meio natural, ao qual o sujeito é parte e tem dever de zelar, como exposto na Constituição Federal do Brasil.

Como já mencionado por nós, o trabalho com a pedagogia dos projetos possui fragilidades e se tratada de forma descuidada, sem a correlação com conhecimentos científicos, pode tornar inócuo a função desse novo espaço-tempo conquistado no currículo. A educação ambiental, a partir do ponto de vista que procuramos defender, deve favorecer o ensino voltado a interdisciplinariedade e ter como objetivo trabalhar de forma articulada com os conhecimentos científicos implicados nesta temática, que podem, também, contemplar valores e conhecimentos para a formação de um pensamento ambiental racional. Sendo assim, o saber ambiental se dará numa união entre teoria e prática, unindo o saber e o fazer.

Constatamos, a partir desse estudo, que diversos discursos e até projetos que visam “combater a degradação ambiental”, são estratégias para continuar mantendo o modelo de produção capitalista e possuem um caráter duvidoso, sendo que procuram mascarar os danos

naturais que a exploração visando ampliar o acúmulo de capital gera em nosso ambiente. Acreditamos, assim como Duarte (2013), que a educação sozinha não supera todo o resultado que a constituição da sociedade capitalista gerou. Enxergamos a necessidade de mudanças nas atitudes dos sujeitos sociais e de uma “transformação social revolucionária que supere a lógica reprodutiva do capital (p. 48)”. Por fim, salientamos a necessidade da construção de um pensamento ambiental para além dos muros da escola. Assim, não damos por encerrado esse estudo, sendo que o campo da educação ambiental é amplo e a necessidade de compreender a sociedade e tratar maneiras de amenizar impactos ambientais e sensibilizar as pessoas quanto a importância da natureza para a continuidade da vida na Terra é urgente.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AMARAL, Ana Lúcia. **A pedagogia de projetos na implantação da escola plural**. Disponível em: <<http://homes.dcc.ufba.br/~frieda/pedagogiadeprojetos/conteudos/escolaplural.htm>>. Acesso em: 1 Mai. 2017.

BLOG SAAD ANTÔNIO SARQUIS. **PPP, EEB. Saad Antônio Sarquis**. Disponível em: <<http://saadsarquis.blogspot.com.br/>>. Acesso em 23 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição 1998**. Capítulo VI Do Meio Ambiente. Art, 225.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O que é a carta da terra**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidadesocial/ecocamara/arquivos/CARTAdaTERRA.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

DUARTE, Newton. **O debate contemporâneo das teorias pedagógicas**. In. MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

FRITJOF, Capra. **O ponto de mutação**. 29. Ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1921)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade Racionalidade Complexidade Poder**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Conferências sobre o meio ambiente**. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/conferencias-sobre-meio-ambiente.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 12 fev. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIO+20. **Sobre a Rio+20**. Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular – Educação Ambiental. Florianópolis**: Imprensa Oficial, 2014.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina 1998 Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Cap. Educação Ambiental. Disponível em: <[http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/pdfs/PC\\_Temas\\_Multidisciplinares.pdf](http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/pdfs/PC_Temas_Multidisciplinares.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SENADO FEDERAL. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. 542p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A pedagogia de projetos na implantação da escola plural**. Disponível em: <<http://homes.dcc.ufba.br/~frieda/pedagogiadeprojetos/conteudos/escolaplural.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 101, p.1287-1302, 10 set. 2007.

YOUTUBE. **Semana Estadual do Meio Ambiente**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?feature=share&v=oeGPSSdlt6Y&app=desktop>>. Acesso em: 10 fev. 2017.